

06-03-2023

# Manual de Formação Básica de Puericultura



*O Sistema Educativo e a  
Educação da Criança*

Trabalho Elaborado por: Ana Cristina Domingos

## ➤ Objetivos;

- ≥ Introdução
- ≥ Educação (áreas e Técnicas);
- ≥ Lei de Bases
- ≥ Sistema Educativo (LBSE);

## ➤ Conteúdos;

- ≥ Introdução;
  - Como aparece a Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E.)?
  - O que traz a nova lei?
  - A qualidade do ensino
  - Compensação das desigualdades
- ≥ Estrutura do Sistema educativo;
  - Educação Pré-Escolar;
  - Ensino Básico;
  - Ensino Secundário;
  - Ensino Superior;
- ≥ A Educação Pré-Escolar;
  - Como se contempla a educação pré-escolar?
  - Capacidades que se devem desenvolver nesta etapa?
  - Objetivos específicos da educação pré-escolar;



## ➤ Introdução;

A necessidade de cuidar das crianças fora do ambiente familiar começa com a incorporação da mulher com filhos no mundo laboral.

Numa primeira fase, as creches e jardins-de-infância, eram espaços muito rudimentares e com pessoas sem formação específica em que as crianças apenas recebiam cuidados básicos de higiene e alguns de alimentação, só mais tarde, foi sendo incluída progressivamente a vertente educativa.

Nesta primeira fase deste módulo vamos proporcionar-lhe uma visão global das **bases da educação**. Vamos começar pelo **Direito à Educação**, um dos **direitos fundamentais da criança**. Uma educação igualitária, sem nenhum tipo de discriminação, que permita o desenvolvimento perfeito das capacidades físicas e psíquicas da criança.

Baseados na convicção de que todos os homens são iguais, **os Direitos Humanos** e, especificamente, **os Direitos da Criança** têm sido inequivocamente proclamados no nosso século, após um progressivo reconhecimento.

Vamos também estudar **o conceito de educação**, os **seus objectivos e funções**, um processo complexo que exige a colaboração de todos: pais, professores, autoridades públicas. E vamos analisar a acção dos três agentes educativos que, de uma maneira mais directa, influenciam a criança: **a família, a escola e o ambiente social**.

## ➤ Os Direitos da Criança

- **Evolução Histórica;**

Do ponto de vista histórico, a infância, tal como a conhecemos hoje, é um conceito relativamente recente. Durante grande parte da História, a criança foi considerada um pequeno adulto, isto é, um homem em miniatura, mais fraco e menos inteligente do que o ser humano totalmente desenvolvido.

Até há pouco mais de um século, os adultos não consideravam as crianças seres qualitativamente diferentes deles e com necessidades específicas. Por isso, as crianças recebiam geralmente uma educação dirigida às suas funções como adultos quando crescessem, isto é, os adultos impunham normas de adultos ao comportamento das crianças.

Podemos observar este facto nas roupas das crianças que ficaram na História através da arte. As que aparecem neste quadro (fig.1) de Louis Le Nein, pintado no princípio do século XVII, vestem as mesmas roupas que os adultos, só que de dimensões mais reduzidas, algo muito diferente do que começou a acontecer mais para a frente, com o advento da Idade Contemporânea, quando se considerou pela primeira vez a criança como um ser diferente do adulto e se confeccionou roupa infantil específica para ela, adaptada às suas necessidades de comodidade e movimento.



**FIG.1**

#### ➤ O Conceito de Infância ao Longo da História Ocidental;

Até por volta do século XII não havia uma concepção de infância e muito menos algo específico voltado para ela, não se via um espaço para isso devido à maneira que as crianças eram vistas e tratadas na sociedade, e segue-se até o fim do século XVIII com as crianças sendo retratadas como homens em tamanhos reduzidos, sem darem importância para suas características particulares. “Não se tinha notícia de camponeses ou artesãos registrando as suas histórias de vida durante a Idade média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida. De forma semelhante, durante o período moderno na Inglaterra, as crianças estiveram bastante ausentes na literatura. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto”

Sendo assim, não se tinha nada especial para elas, nenhum estudo, nenhuma atenção, nenhuma técnica, nada. Pode-se dizer que o interesse e fascinação pelos primeiros anos da infância é algo recente, e através dessa atenção, o **conceito de infância** vem tido mudanças importantes ao longo da história. Compreender o que foram esses conceitos e analisar sua trajetória histórica pode nos revelar muito sobre a situação nos dias atuais.

#### ≥ **Idade média**

Na idade média a criança era vista como um adulto em miniatura, trabalhavam nos mesmos locais, usavam as mesmas roupas. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais”. Por essa visão, foi um período onde a infância era caracterizada pela inexperiência, dependência e incapacidade pois não tinha as mesmas compreensões que um adulto. Por não haver distinções entre adulto e criança, cabia a elas aprender as tarefas do dia-a-dia, a trabalhar, ajudar os mais velhos nos serviços, e a passagem que tinham por sua família era muito breve, pouco depois que se passava o período de amamentação a criança já passava a fazer companhia aos adultos para que aprendesse a servir e trabalhar, eram criadas por outras famílias para que nesse novo ambiente aprendessem um ofício.

#### ≥ **Renascimento**

É no decorrer do século XVII que se dão os primeiros passos para a separação do adulto e da criança, por meio da escolarização. Antes, por não haver a distinção entre idades, todos aprendiam da mesma maneira e sobre as mesmas temáticas. No fim deste século que pode-se notar as primeiras mudanças do conceito de infância. Um dos maiores contribuintes para tal mudança foi a igreja, que teve um papel fundamental ao associar a imagem das crianças com a de anjos, que refletiam inocência e pureza, sendo assim, Deus as favoreciam devido a sua singeleza e suavidade, que se aproxima da impecabilidade, impondo uma necessidade de amar as crianças e tornando a educação obrigatória, contrariando a indiferença existente a tanto tempo.

O fim deste século foi considerado o marco na evolução dos sentimentos em relação a infância, onde começaram realmente falar na fragilidade da criança, nas suas peculiaridades e a se preocupar com a formação moral e construção da mesma.

#### ≥ Nascimento da concepção de infância

Então, a partir do século XVIII, as crianças começaram a ser reconhecidas em suas particularidades, começaram a possuir um quarto único, alimentação considerada específica e adequada, começaram a ocupar um espaço maior no meio social. Ali nascia a concepção de infância. Antes, como se viu, a infância era considerada um período sem valor. Agora a família começa a dar ênfase ao sentimento que tem em relação à criança. Considera-se uma revolução este novo sentimento dirigido à criança. Ela começa a ser importante, apreciada por sua família e a infância é reconhecida como uma época da vida merecedora de orientação e educação. Vemos que, enquanto na idade média a criança era sem valor e suas responsabilidades eram trabalhar e chegar o mais rápido possível na fase adulta, no Renascimento seda-se o início do processo de escolarização infantil.

#### ≥ A infância nos dias de hoje

Com o passar dos anos os direitos das crianças foram sendo cada vez mais fortes, embora por muitas vezes funcione só no papel, já pode ser considerado um grande avanço. Na visão de muitos autores a criação do Conselho da Criança e do Adolescente é vista como um marco no diz respeito ao reconhecimento e valorização da infância por parte das políticas públicas. Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), os principais direitos das crianças são:

- Ter uma educação de boa qualidade;
- Ter acesso à cultura e aos meios de comunicação e informação;
- Poder brincar com outras crianças da mesma idade;
- Não ser obrigado a trabalhar como adulto;
- Ter uma boa alimentação que dê ao organismo todos os nutrientes que precisam para crescer com saúde e energia;
- Receber assistência médica gratuita nos hospitais públicos sempre que precisarem de atendimento;



- Ser livre para ir e vir, conviver em sociedade e expressar ideias e sentimentos;
- Ter a proteção de uma família seja ela natural ou adotiva, ou de um lar oferecido pelo Estado se, por infelicidade, perderem os pais e parentes mais próximos;
- Não sofrer agressões físicas ou psicológicas por parte daqueles que são encarregados da proteção e educação ou de qualquer outro adulto;
- Ser beneficiada por direitos, sem nenhuma discriminação por raça, cor, sexo, língua, religião, país de origem, classe social ou riqueza e toda criança do mundo deve ter seus direitos respeitados;
- Ter desde o dia em que nasce um nome e uma nacionalidade, ou seja, ser cidadão de um país;

Cabe aos pais e educadores lutarem para que tudo isso não fique apenas no papel. Lutar para conquistar os mesmos direitos a todas as crianças, independente de sua classe social. Após uma análise sobre tantos períodos tristes que a infância enfrentou, que possamos fazer uma avaliação sobre nossos **conceitos de infância**.

#### ➤ **Declaração Universal dos Direitos Humanos;**

Após os horrores da Segunda Guerra Mundial, o mundo em geral e a Europa em particular ficaram muito sensibilizados com o desastre humano que a guerra originou. Assim, no ano de 1945, é assinada a Carta das Nações Unidas e, em Fevereiro de 1946, criada uma comissão com o fim de redigir um documento no qual se definem claramente os Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada, depois de longos debates, pela Assembleia da ONU, em Paris, a 10 de Dezembro de 1948.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)** é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes.

A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos. Uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adotados desde 1945 expandiram o corpo do direito internacional dos direitos humanos.

Eles incluem a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

Destacamos da Declaração Universal dos Direitos Humanos o ponto dois do artigo 25:

"A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas no matrimónio ou fora do matrimónio têm direito a igual protecção".

E os pontos 1 e 2 do artigo seguinte, o 26, sobre o direito à educação e o objectivo da mesma:

Ponto 1 - "Todos os indivíduos têm direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que respeita à educação elementar e fundamental... “

Ponto 2 - "A educação terá por objectivo o desenvolvimento pleno da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais “.



## ➤ Declaração dos Direitos da Criança;

A primeira Declaração dos Direitos da Criança foi proclamada a 24 de Setembro de 1924, na 5ª Assembleia da Sociedade das Nações.

No dia 20 de Novembro de 1959 é proclamada a actual Declaração dos Direitos da Criança e o ano de 1979 declarado "Ano Internacional da Criança" pelas Nações Unidas.

Trinta anos mais tarde, em 1989, é aprovada pela **Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Esta convenção, elaborada a partir da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e assinada por 134 Estados, entrou em vigor de uma forma geral a 2 de Setembro de 1990.

Como podemos verificar por breve evolução histórica, depois de muitos séculos em que não foram respeitados os direitos das crianças como seres qualitativamente diferentes dos adultos e com necessidades específicas, foi na última década que se conseguiu, definitivamente, um consenso universal e se reconheceram esses direitos.

**A Declaração dos Direitos das Crianças** é o instrumento de direitos humanos mais aceite na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990.

### ≥ **Preâmbulo**

O Preâmbulo lembra os princípios fundamentais das Nações Unidas e as disposições precisas de vários tratados de direitos humanos e textos pertinentes.

E reafirma o facto de as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma protecção e de uma atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos cuidados e protecção.

Reafirma, ainda, a necessidade de protecção jurídica e não jurídica da criança antes e após o nascimento, a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança, e o papel vital da cooperação internacional para que os direitos da criança sejam uma realidade.

Os Estados Partes da presente Convenção,

Considerando que, de acordo com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, a liberdade, a justiça e a paz no mundo fundamentam-se no reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana;

Conscientes de que os povos das Nações Unidas reafirmaram na Carta sua fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e no valor da pessoa humana, e que decidiram promover o progresso social e a elevação do nível de vida com mais liberdade;

Reconhecendo que as Nações Unidas proclamaram e concordaram, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos pactos internacionais de direitos humanos, que todas as pessoas possuem todos os direitos e liberdades neles enunciados, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, seja de origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição;

Lembrando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros e, em particular, das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade;

Conscientes de que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, de 1924, e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular, nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular, no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança;

Conscientes de que, conforme assinalado na Declaração dos Direitos da Criança, "a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, incluindo a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento";

Lembrando o disposto na Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Proteção e ao Bem-Estar da Criança, com Referência Especial à Adoção e à Colocação em Lares de Adoção, em nível Nacional e Internacional; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Pequim); e a Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Situações de Emergência e de Conflito Armado;

Reconhecendo que, em todos os países do mundo, existem crianças vivendo em condições excepcionalmente difíceis, e que essas crianças precisam de consideração especial;

Dando a devida importância às tradições e aos valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida da criança em todos os países em desenvolvimento, estabeleceram, de comum acordo, o que segue:

## **PARTE I**

### **Artigo 1**

Para efeito da presente Convenção, considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

### **Artigo 2**

1 - Os Estados Partes devem respeitar os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.

2 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas apropriadas para assegurar que a criança seja protegida contra todas as formas de discriminação ou punição em função da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares.

### **Artigo 3**

1 - Todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o melhor interesse da criança.

2 - Os Estados Partes comprometem-se a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários ao seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores legais ou outras pessoas legalmente responsáveis por ela e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

3 - Os Estados Partes devem garantir que as instituições, as instalações e os serviços destinados aos cuidados ou à proteção da criança estejam em conformidade com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde da criança, ao número e à adequação das equipes e à existência de supervisão adequada.

#### Artigo 4

Os Estados Partes devem adotar todas as medidas administrativas, legislativas e de outra natureza necessárias para a implementação dos direitos reconhecidos na presente Convenção. Com relação a direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados Partes devem adotar tais medidas utilizando ao máximo os recursos disponíveis e, quando necessário, dentro de um quadro de cooperação internacional.

#### Artigo 5

Os Estados Partes devem respeitar as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, quando aplicável, dos membros da família ampliada ou da comunidade, conforme determinem os costumes locais, dos tutores legais ou de outras pessoas legalmente responsáveis pela criança, para proporcionar-lhe instrução e orientação adequadas, de acordo com sua capacidade em evolução, no exercício dos direitos que lhe cabem pela presente Convenção.

#### Artigo 6

1 - Os Estados Partes reconhecem que toda criança tem o direito inerente à vida.

2 - Os Estados Partes devem assegurar ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

#### Artigo 7

1 - A criança deve ser registrada imediatamente após seu nascimento e, desde o momento do nascimento, terá direito a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e ser cuidada por eles.

2 - Os Estados Partes devem garantir o cumprimento desses direitos, de acordo com a legislação nacional e com as obrigações que tenham assumido em virtude dos instrumentos internacionais pertinentes, especialmente no caso de crianças apátridas.

## Artigo 8

1 - Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, de acordo com a lei, sem interferência ilícitas.

2 - Quando uma criança for privada ilegalmente de algum ou de todos os elementos que configuram sua identidade, os Estados Partes deverão prestar a assistência e a proteção adequadas, visando restabelecer rapidamente sua identidade.

## Artigo 9

1 - Os Estados Partes devem garantir que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, salvo quando tal separação seja necessária tendo em vista o melhor interesse da criança, e mediante determinação das autoridades competentes, sujeita a revisão judicial, e em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos – por exemplo, quando a criança sofre maus-tratos ou negligência por parte dos pais, ou, no caso de separação dos pais, quando uma decisão deve ser tomada com relação ao local de residência da criança.

2 - Em qualquer procedimento em cumprimento ao estipulado no parágrafo 1 deste artigo, todas as partes interessadas devem ter a oportunidade de participar e de manifestar suas opiniões.

3 - Os Estados Partes devem respeitar o direito da criança que foi separada de um ou de ambos os pais a manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, salvo nos casos em que isso for contrário ao melhor interesse da criança.

4 - Quando essa separação ocorrer em virtude de uma medida adotada por um Estado Parte – por exemplo, detenção, prisão, exílio, deportação ou morte (inclusive falecimento decorrente de qualquer causa enquanto a pessoa estiver sob custódia do Estado) de um dos pais da criança, ou de ambos, ou da própria criança, o Estado Parte deverá apresentar, mediante solicitação, aos pais, à criança ou, se for o caso, a outro familiar as informações necessárias a respeito do paradeiro do familiar ou dos familiares ausentes, salvo quando tal informação



for prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes devem assegurar também que tal solicitação não acarrete, por si só, consequências adversas para a pessoa ou as pessoas interessadas.

#### Artigo 10

1 - De acordo com obrigação dos Estados Partes estipulada no parágrafo 1 do artigo 9, toda solicitação apresentada por uma criança ou por seus pais para ingressar em um Estado Parte ou sair dele, visando à reintegração da família, deverá ser atendida pelos Estados Partes de forma positiva, humanitária e ágil.

2 - Os Estados Partes devem assegurar também que a apresentação de tal solicitação não acarrete consequências adversas para os requerentes ou seus familiares.

3 - A criança cujos pais residem em Estados diferentes deverá ter o direito de manter periodicamente relações pessoais e contato direto com ambos, salvo em circunstâncias especiais. Para tanto, e de acordo com a obrigação assumida em virtude do parágrafo 1 do artigo 9, os Estados Partes devem respeitar o direito da criança e de seus pais de sair do país, inclusive do próprio, e de ingressar em seu próprio país. O direito de sair de qualquer país estará sujeito exclusivamente às restrições determinadas por lei que sejam necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde pública ou os costumes, ou os direitos e as liberdades de outras pessoas, e que estejam de acordo com os demais direitos reconhecidos pela presente Convenção.

#### Artigo 11

1 - Os Estados Partes devem adotar medidas para combater a transferência ilegal de crianças para o exterior e a retenção ilícita das mesmas fora de seu país.

2 - Para tanto, os Estados Partes devem promover a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos já existentes.

#### Artigo 12

1 - Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança.

2 - Para tanto, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

### Artigo 13

1 - A criança deve ter o direito de expressar-se livremente. Esse direito deve incluir a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, seja verbalmente, por escrito ou por meio impresso, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

2 - O exercício de tal direito poderá estar sujeito a certas restrições, que serão unicamente aquelas previstas em lei e consideradas necessárias:

- para o respeito dos direitos ou da reputação de outras pessoas; ou
- para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger a saúde pública e os costumes.

### Artigo 14

1 - Os Estados Partes devem reconhecer os direitos da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença religiosa.

2 - Os Estados Partes devem respeitar o direito e os deveres dos pais e, quando aplicável, dos tutores legais de orientar a criança com relação ao exercício de seus direitos, de maneira compatível com sua capacidade em desenvolvimento.

3 - A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças pode estar sujeita unicamente às limitações prescritas em lei e necessárias para proteger o interesse público em relação à segurança, à ordem, aos costumes ou à saúde, ou ainda aos direitos e liberdades fundamentais de outras pessoas.

### Artigo 15

1 - Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.

2 - Não serão impostas restrições ao exercício desses direitos, a não ser aquelas estabelecidas em conformidade com a lei e que sejam necessárias em uma

sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou pública, da ordem pública, da proteção à saúde pública e dos costumes, ou da proteção dos direitos e liberdades de outras pessoas.

#### Artigo 16

1 - Nenhuma criança deve ser submetida a interferências arbitrárias ou ilegais em sua vida particular, sua família, seu domicílio ou sua correspondência, nem a ataques ilegais à sua honra e à sua reputação.

2 - A criança tem direito à proteção da lei contra essas interferências ou ataques.

#### Artigo 17

1 - Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação, e devem garantir o acesso da criança a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente aqueles que visam à promoção de seu bem-estar social, espiritual e moral e de sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes devem:

- Incentivar os meios de comunicação a difundir informações e materiais de interesse social e cultural para a criança, de acordo com o disposto no artigo 29;
- Promover a cooperação internacional na produção, no intercâmbio e na divulgação dessas informações procedentes de diversas fontes culturais, nacionais e internacionais;
- Incentivar a produção e a difusão de livros para crianças;
- Incentivar os meios de comunicação no sentido de dar especial atenção às necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou indígena;
- Incentivar a elaboração de diretrizes apropriadas à proteção da criança contra informações e materiais prejudiciais ao seu bem-estar, tendo em vista o disposto nos artigos 13 e 18.

#### Artigo 18

1 - Os Estados Partes devem envidar seus melhores esforços para assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança.

Os pais ou, quando for o caso, os tutores legais serão os responsáveis primordiais pela educação e pelo desenvolvimento da criança. Sua preocupação básica será a garantia do melhor interesse da criança.

2 - Para garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes devem prestar assistência adequada aos pais e aos tutores legais no desempenho de suas funções na educação da criança e devem assegurar a criação de instituições, instalações e serviços para o cuidado da criança.

3 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas apropriadas para garantir aos filhos de pais que trabalham acesso aos serviços e às instalações de atendimento a que têm direito.

#### Artigo 19

1 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do tutor legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

2 - Essas medidas de proteção devem incluir, quando cabível, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais visando ao provimento do apoio necessário para a criança e as pessoas responsáveis por ela, bem como para outras formas de prevenção, e para identificação, notificação, transferência para uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos de maus-tratos mencionados acima e, quando cabível, para intervenção judiciária.

#### Artigo 20

1 - Crianças temporária ou permanentemente privadas do convívio familiar ou que, em seu próprio interesse, não devem permanecer no ambiente familiar terão direito a proteção e assistência especiais do Estado.

2 - Os Estados Partes devem garantir cuidados alternativos para essas crianças, de acordo com suas leis nacionais.

3 - Esses cuidados podem incluir, inter alia, a colocação em orfanatos, a kafalah do direito islâmico, a adoção ou, caso necessário, a colocação em instituições adequadas de proteção da criança.

4 - Ao serem consideradas as soluções, especial atenção deve ser dada à origem étnica, religiosa, cultural e linguística da criança, bem como à conveniência da continuidade de sua educação.

## Artigo 21

1 - Os Estados Partes que reconhecem e/ou admitem o sistema de adoção devem garantir que o melhor interesse da criança seja a consideração primordial e devem:

- assegurar que a adoção da criança seja autorizada exclusivamente pelas autoridades competentes, que determinarão, de acordo com as leis e os procedimentos cabíveis, e com base em todas as informações pertinentes e fidedignas, que a adoção é admissível em vista do status da criança com relação a seus pais, parentes e tutores legais; e que as pessoas interessadas tenham consentido com a adoção, com conhecimento de causa, com base em informações solicitadas, quando necessário;
- reconhecer que a adoção efetuada em outro país pode ser considerada como um meio alternativo para os cuidados da criança, quando a mesma não puder ser colocada em um orfanato ou em uma família adotiva, ou não conte com atendimento adequado em seu país de origem;
- garantir que a criança adotada em outro país goze de salvaguardas e normas equivalentes às aquelas existentes em seu país de origem com relação à adoção;
- adotar todas as medidas apropriadas para garantir que, em caso de adoção em outro país, a colocação não resulte em benefícios financeiros indevidos para as pessoas envolvidas;
- promover os objetivos deste artigo, quando necessário, mediante arranjos ou acordos bilaterais ou multilaterais, e envidar esforços, nesse contexto, para assegurar que a colocação da criança em outro país seja realizada por intermédio das autoridades ou dos organismos competentes.

## Artigo 22

1 - Os Estados Partes devem adotar medidas adequadas para assegurar que a criança que tenta obter a condição de refugiada, ou que seja considerada refugiada, de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, estando sozinha ou acompanhada por seus pais ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas para que possa usufruir dos direitos enunciados na presente Convenção e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de caráter humanitário com os quais os citados Estados estejam comprometidos.

2 - Para tanto, os Estados Partes devem cooperar, da maneira como julgarem apropriada, com todos os esforços das Nações Unidas e demais organizações intergovernamentais competentes, ou organizações não-governamentais que cooperam com as Nações Unidas, para proteger e ajudar a criança refugiada; e para localizar seus pais ou outros membros de sua família, buscando informações necessárias para que seja reintegrada à sua família. Caso não seja possível localizar nenhum dos pais ou dos membros da família, deverá ser concedida à criança a mesma proteção outorgada a qualquer outra criança que esteja permanente ou temporariamente privada de seu ambiente familiar, seja qual for o motivo, conforme estabelecido na presente Convenção.

## Artigo 23

1 - Os Estados Partes reconhecem que a criança com deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e decente, em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autoconfiança e facilitem sua participação ativa na comunidade.

2 - Os Estados Partes reconhecem que a criança com deficiência tem direito a receber cuidados especiais, e devem estimular e garantir a extensão da prestação da assistência solicitada e que seja adequada às condições da criança e às circunstâncias de seus pais ou das pessoas responsáveis por ela, de acordo com os recursos disponíveis e sempre que a criança ou seus responsáveis reúnam as condições exigidas.



3. Reconhecendo as necessidades especiais da criança com deficiência, a assistência ampliada, conforme disposto no parágrafo 2 deste artigo, deve ser gratuita sempre que possível, levando em consideração a situação econômica dos pais ou das pessoas responsáveis pela criança; e deve assegurar à criança deficiente o acesso efetivo à educação, à capacitação, aos serviços de saúde e de reabilitação, à preparação para o emprego e às oportunidades de lazer, de maneira que a criança atinja a integração social e o desenvolvimento individual mais completos possíveis, incluindo seu desenvolvimento cultural e espiritual.

4 - Os Estados Partes devem promover, com espírito de cooperação internacional, a troca de informações adequadas nos campos da assistência médica preventiva e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças com deficiência, incluindo a divulgação de informações a respeito dos métodos de reabilitação e dos serviços de ensino e formação profissional, bem como o acesso a essas informações. Dessa forma, os Estados Partes poderão aprimorar sua capacidade e seus conhecimentos e ampliar sua experiência nesses campos. Nesse sentido, devem ser consideradas de maneira especial as necessidades dos países em desenvolvimento.

#### Artigo 24

1 - Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Os Estados Partes devem envidar esforços para assegurar que nenhuma criança seja privada de seu direito de usufruir desses serviços de cuidados de saúde.

2 - Os Estados Partes devem garantir a plena aplicação desse direito e, em especial, devem adotar as medidas apropriadas para:

- reduzir a mortalidade infantil;
- assegurar a prestação de assistência médica e cuidados de saúde necessários para todas as crianças, dando ênfase aos cuidados primários de saúde;
- combater as doenças e a desnutrição, inclusive no contexto dos cuidados primários de saúde mediante, inter alia, a aplicação de tecnologia prontamente disponível e o fornecimento de alimentos nutritivos e de água limpa de boa qualidade, tendo em vista os perigos e riscos da poluição ambiental;

- assegurar que as mulheres tenham acesso a atendimento pré-natal e pós-natal adequado;
- assegurar que todos os setores da sociedade, especialmente os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, da higiene e do saneamento ambiental, e as medidas de prevenção de acidentes; e que tenham acesso a educação pertinente e recebam apoio para a aplicação desses conhecimentos;
- desenvolver assistência médica preventiva, orientação aos pais e educação e serviços de planejamento familiar.

3 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas eficazes e adequadas para eliminar práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança.

4 - Os Estados Partes comprometem-se a promover e incentivar a cooperação internacional para buscar, progressivamente, a plena realização do direito reconhecido no presente artigo. Nesse sentido, devem ser consideradas de maneira especial as necessidades dos países em desenvolvimento.

#### Artigo 25

Os Estados Partes reconhecem que uma criança internada em uma instituição pelas autoridades competentes, para fins de atendimento, proteção ou tratamento de saúde física ou mental, tem direito a um exame periódico para avaliação do tratamento ao qual está sendo submetida e de todos os demais aspectos relativos à sua internação.

#### Artigo 26

1 - Os Estados Partes devem reconhecer que todas as crianças têm o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e devem adotar as medidas necessárias para garantir a plena realização desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

2 - Quando pertinentes, os benefícios devem ser concedidos levando em consideração os recursos e a situação da criança e das pessoas responsáveis pelo seu sustento, bem como qualquer outro aspecto relevante para a concessão do benefício solicitado pela criança ou em seu nome.

## Artigo 27

1 - Os Estados Partes reconhecem o direito de todas as crianças a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2 - Cabe aos pais ou a outras pessoas responsáveis pela criança a responsabilidade primordial de propiciar, de acordo com as possibilidades e os recursos financeiros, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

3 - De acordo com as condições nacionais e dentro de suas possibilidades, os Estados Partes devem adotar as medidas apropriadas para ajudar os pais e outras pessoas responsáveis pela criança a tornar efetivo esse direito; e caso necessário, devem proporcionar assistência material e programas de apoio, especialmente no que diz respeito à nutrição, ao vestuário e à habitação.

4 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas adequadas para garantir que os pais ou outras pessoas financeiramente responsáveis pela criança respondam por seu sustento, sejam eles residentes no Estado Parte ou no exterior. Em especial, quando a pessoa financeiramente responsável pela criança mora em outro país que não o país de residência da criança, o Estado Parte em questão deve promover a adesão a acordos internacionais ou a conclusão de tais acordos, bem como outras medidas apropriadas.

## Artigo 28

1 - Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, para que ela possa exercer esse direito progressivamente e em igualdade de condições, devem:

- tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente para todos;
- estimular o desenvolvimento dos vários tipos de ensino secundário, inclusive o geral e o profissional, tornando-os disponíveis e acessíveis todas as crianças; e adotar medidas apropriadas, como a oferta de ensino gratuito e assistência financeira se necessário;
- tornar o ensino superior acessível a todos, com base em capacidade, e por todos os meios adequados;

- tornar informações e orientação educacionais e profissionais disponíveis e acessíveis a todas as crianças;
- adotar medidas para estimular a frequência regular à escola e a redução do índice de evasão escolar.

2 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas necessárias para assegurar que a disciplina escolar seja ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente Convenção.

3 - Os Estados Partes devem promover e estimular a cooperação internacional em questões relativas à educação, visando especialmente contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos métodos modernos de ensino. Nesse sentido, devem ser consideradas de maneira especial as necessidades dos países em desenvolvimento.

## Artigo 29

1 - Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deve estar orientada no sentido de:

- desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo seu potencial;
- imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- imbuir na criança o respeito por seus pais, sua própria identidade cultural, seu idioma e seus valores, pelos valores nacionais do país em que reside, do país de origem, quando for o caso, e das civilizações diferentes da sua;
- preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de entendimento, paz, tolerância, igualdade de gênero e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos, e populações autóctones;
- imbuir na criança o respeito pelo meio ambiente.

2 - Nenhum inciso deste artigo ou do artigo 28 deverá ser interpretado de modo a restringir a liberdade que cabe aos indivíduos ou às entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1 deste artigo, e desde que a educação ministrada em tais instituições esteja em consonância com os padrões mínimos estabelecidos pelo Estado.

### Artigo 30

Nos Estados Partes que abrigam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, ou populações autóctones, não será negado a uma criança que pertença a tais minorias ou a um grupo autóctone o direito de ter sua própria cultura, professar ou praticar sua própria religião ou utilizar seu próprio idioma em comunidade com os demais membros de seu grupo.

### Artigo 31

1 - Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

2 - Os Estados Partes devem respeitar e promover o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e devem estimular a oferta de oportunidades adequadas de atividades culturais, artísticas, recreativa e de lazer, em condições de igualdade.

### Artigo 32

1 - Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de ser protegida contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja prejudicial para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2 - Os Estados Partes devem adotar medidas legislativas, sociais e educacionais para assegurar a aplicação deste artigo. Para tanto, e levando em consideração os dispositivos pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados Partes devem, em particular:

- estabelecer uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão no trabalho;
- estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de trabalho;
- estabelecer penalidades ou outras sanções apropriadas para assegurar o cumprimento efetivo deste artigo.

### Artigo 33

Os Estados Partes devem adotar todas as medidas apropriadas, inclusive medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais, para proteger a criança contra o uso ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas tal como são definidas nos tratados internacionais pertinentes, e para impedir que as crianças sejam utilizadas na produção e no tráfico ilícito dessas substâncias.

### Artigo 34

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Para tanto, os Estados Partes devem adotar, em especial, todas as medidas em âmbito nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- o incentivo ou a coação para que uma criança dedique-se a qualquer atividade sexual ilegal;
- a exploração da criança na prostituição ou em outras práticas sexuais ilegais;
- a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.

### Artigo 35

Os Estados Partes devem adotar todas as medidas em âmbito nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças, para qualquer fim ou sob qualquer forma.

### Artigo 36

Os Estados Partes devem proteger a criança contra todas as formas de exploração que sejam prejudiciais para qualquer aspecto de seu bem-estar.



### Artigo 37

Os Estados Partes devem garantir:

- que nenhuma criança seja submetida a tortura ou a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Não serão impostas a pena de morte e a prisão perpétua, sem possibilidade de livramento, por delitos cometidos por menores de 18 anos de idade;
- que nenhuma criança seja privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária. A detenção, a reclusão ou a prisão de uma criança devem ser efetuadas em conformidade com a lei e apenas como último recurso, e pelo período de tempo mais breve possível;
- que todas as crianças privadas de sua liberdade sejam tratadas com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, todas as crianças privadas de sua liberdade devem permanecer em ambiente separado dos adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário ao seu melhor interesse; e devem ter o direito de manter contato com suas famílias por meio de correspondência ou visitas, salvo em circunstâncias excepcionais;
- que todas as crianças privadas de sua liberdade tenham direito a acesso imediato a assistência jurídica e a qualquer outra assistência adequada, bem como o direito de contestar a legalidade da privação de sua liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial, e de ter uma decisão rápida para tal ação.

### Artigo 38

1 - Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer com que sejam respeitadas as normas do direito humanitário internacional aplicáveis à criança em casos de conflito armado.

2 - Os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 15 anos de idade participem diretamente de hostilidades.

3. Os Estados Partes devem abster-se de recrutar menores de 15 anos de idade para servir em suas forças armadas.

4 - Caso recrutem indivíduos que tenham completado 15 anos de idade, mas que tenham menos de 18 anos, os Estados Partes devem dar prioridade aos mais velhos.

5 - Em conformidade com as obrigações determinadas pelo direito humanitário internacional para proteger a população civil durante conflitos armados, os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para assegurar a proteção e o cuidado das crianças afetadas por um conflito armado.

### Artigo 39

Os Estados Partes devem adotar todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física e psicológica e a reintegração social de todas as crianças vítimas de: qualquer forma de negligência, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. A recuperação e a reintegração devem ocorrer em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.

### Artigo 40

1 - Os Estados Partes reconhecem que todas as crianças que, alegadamente, teriam infringido a legislação penal ou que são acusadas ou declaradas culpadas de ter infringido a legislação penal têm o direito de ser tratadas de forma a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor, fortalecendo seu respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração sua idade e a importância de promover sua reintegração e seu papel construtivo na sociedade.

2 - Para tanto, e de acordo com os dispositivos relevantes dos instrumentos internacionais, os Estados Partes devem assegurar, em especial:

- que não se alegue que uma criança tenha infringido a legislação penal, nem se acuse ou declare uma criança culpada de ter infringido a legislação penal por atos ou omissões que não eram proibidos pela legislação nacional ou internacional no momento em que tais atos ou omissões foram cometidos;

- que todas as crianças que, alegadamente, teriam infringido a legislação penal ou que são acusadas ou declaradas culpadas de ter infringido a legislação penal gozem, no mínimo, das seguintes garantias:
- ser consideradas inocentes enquanto não for comprovada sua culpa, de acordo com a legislação;
- ser informadas das acusações que pesam contra elas prontamente e diretamente e, quando for o caso, por intermédio de seus pais ou de seus tutores legais, e dispor de assistência jurídica ou outro tipo de assistência apropriada para a preparação e a apresentação de sua defesa;
- ter a causa decidida sem demora por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, em audiência justa, de acordo com a lei, contando com assistência jurídica ou de outro tipo e na presença de seus pais ou de seus tutores legais, salvo quando essa situação for considerada contrária ao seu melhor interesse, tendo em vista especialmente sua idade ou sua situação;
- não ser obrigada a testemunhar ou declarar-se culpada, e poder interrogar as testemunhas de acusação, bem como obter a participação e o interrogatório de testemunhas em sua defesa, em igualdade de condições;
- caso seja decidido que infringiu a legislação penal, ter essa decisão e qualquer medida imposta em decorrência da mesma submetida a revisão por autoridade ou órgão judicial superior competente, independente e imparcial, de acordo com a lei;
- contar com a assistência gratuita de um intérprete caso não compreenda ou não fale o idioma utilizado;
- ter plenamente respeitada sua vida privada durante todas as fases do processo.

3 - Os Estados Partes devem buscar promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições especificamente aplicáveis a crianças, que alegadamente, teriam infringido a legislação penal ou que sejam acusadas ou declaradas culpadas de ter infringido a legislação penal, e em especial:

- o estabelecimento de uma idade mínima antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir a legislação penal;

- sempre que conveniente e desejável, a adoção de medidas para lidar com essas crianças sem recorrer a procedimentos judiciais, desde que sejam plenamente respeitados os direitos humanos e as garantias legais.

4 - Diversas medidas, tais como ordens de guarda, orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, colocação em orfanatos, programas de educação e formação profissional, bem como alternativas à internação em instituições devem estar disponíveis para garantir que as crianças sejam tratadas de modo apropriado ao seu bem-estar e de forma proporcional às circunstâncias e ao tipo de delito.

#### Artigo 41

Nenhuma determinação da presente Convenção deve sobrepor-se a dispositivos que sejam mais convenientes para a realização dos direitos da criança e que podem constar:

- da legislação de um Estado Parte;
- das normas de legislações internacionais vigentes para esse Estado.

## PARTE II

#### Artigo 42

Os Estados Partes assumem o compromisso de divulgar amplamente os princípios e dispositivos da Convenção para adultos e crianças, mediante a utilização de meios apropriados e eficazes.

#### Artigo 43

1 - Com o objetivo de analisar os progressos realizados no cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados Partes sob a presente Convenção, deve ser constituído um Comitê sobre os Direitos da Criança, que desempenhará as funções determinadas a seguir.

2 - O Comitê será composto por dez especialistas de reconhecida integridade moral e competência nas áreas cobertas pela presente Convenção.

3 - Os membros do Comitê devem ser eleitos pelos Estados Partes entre seus próprios cidadãos, e exercerão suas funções de acordo com sua qualificação pessoal, levando em consideração uma distribuição geográfica equitativa e os principais sistemas jurídicos.

4 - Os membros do Comitê serão escolhidos em votação secreta, a partir de uma lista de pessoas indicadas pelos Estados Partes. Cada Estado Parte poderá indicar uma pessoa entre seus próprios cidadãos.

5 - A eleição inicial para o Comitê deve ocorrer no máximo seis meses após a data em que a presente Convenção entrar em vigor e, posteriormente, a cada dois anos. No mínimo quatro meses antes da data marcada para cada eleição, o Secretário-Geral das Nações Unidas deve enviar uma carta aos Estados Partes convidando-os a apresentar suas candidaturas no prazo de dois meses. Na sequência, o Secretário-Geral deve elaborar uma lista da qual farão parte, em ordem alfabética, todos os candidatos indicados e os Estados Partes que os designaram, e deve submetê-la aos Estados Partes da presente Convenção.

6 - As eleições serão realizadas na sede das Nações Unidas, em reuniões dos Estados Partes convocadas pelo Secretário-Geral. Nessas reuniões, para as quais o quorum será de dois terços dos Estados Partes, os candidatos eleitos para o Comitê serão aqueles que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta de votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

7 - Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos. Poderão ser reeleitos caso suas candidaturas sejam apresentadas novamente. O mandato de cinco dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao término de dois anos; imediatamente após ter sido realizada a primeira eleição, o presidente da reunião escolherá por sorteio os nomes desses cinco membros.

8 - Caso um membro do comitê venha a falecer, ou renuncie ou declare que por qualquer outro motivo não poderá continuar desempenhando suas funções, o Estado Parte que indicou esse membro designará outro especialista, entre seus cidadãos, para que exerça o mandato até o final, sujeito à aprovação do Comitê.

9 - O Comitê deve estabelecer as regras para seus procedimentos.

10 - O Comitê deve eleger os membros da mesa para um período de dois anos.

11 - As reuniões do Comitê devem ocorrer normalmente na sede das Nações Unidas ou em qualquer outro local que o Comitê julgue conveniente. O Comitê deve reunir-se normalmente todos os anos. A duração das reuniões do Comitê será determinada e revista, se for o caso, em uma reunião dos Estados Partes da presente Convenção, sujeita à aprovação da Assembleia Geral.

12 - O Secretário-Geral das Nações Unidas deve fornecer as equipe e as instalações necessárias para o desempenho eficaz das funções do Comitê, de acordo com a presente Convenção.

13 - Com a aprovação da Assembleia Geral, a remuneração dos membros do Comitê constituído sob a presente Convenção será proveniente dos recursos das Nações Unidas, de acordo com as condições e os termos determinados pela Assembleia.

#### Artigo 44

1 - Os Estados Partes assumem o compromisso de apresentar ao Comitê, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na Convenção e sobre os progressos alcançados no exercício desses direitos:

- no prazo de dois anos a partir da data em que a presente Convenção entrou em vigor para cada Estado Parte;
- a partir de então, a cada cinco anos.

2 - Os relatórios elaborados em função deste artigo devem indicar as circunstâncias e as dificuldades, caso existam, que afetam o grau de cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção. Devem conter também informações suficientes para que o Comitê tenha um amplo entendimento da implementação da Convenção no país.

3 - Um Estado Parte que tenha submetido um relatório inicial abrangente ao Comitê não precisará repetir em relatórios posteriores informações básicas já fornecidas, conforme estipula o subitem (b) do parágrafo 1 deste artigo.

4 - O Comitê poderá solicitar aos Estados Partes mais informações sobre a implementação da Convenção.

5 - A cada dois anos, o Comitê deve submeter relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.

6 - Os Estados Partes devem tornar seus relatórios amplamente disponíveis ao público em seus respectivos países.

#### Artigo 45

A fim de incentivar a efetiva implementação da Convenção e estimular a cooperação internacional nas esferas regulamentadas pela Convenção:

- as agências especializadas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos das Nações Unidas poderão estar representados quando for analisada a implementação de dispositivos da presente Convenção que estejam compreendidos no escopo de seus mandatos. O Comitê poderá convidar as agências especializadas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos competentes que considere apropriados para que forneçam assessoria especializada sobre a implementação de dispositivos da presente Convenção que estejam compreendidos no escopo de seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar as agências especializadas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos das Nações Unidas para que submetam relatórios sobre a implementação da Convenção em áreas compreendidas no escopo de suas atividades;
- conforme julgar conveniente, o Comitê deve transmitir às agências especializadas, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância e a outros órgãos competentes quaisquer relatórios dos Estados Partes que contenham uma solicitação de assessoria ou que indiquem a necessidade de orientação ou de assistência técnica, acompanhados por observações e sugestões do Comitê, se houver, sobre tais pedidos ou indicações;
- o Comitê poderá recomendar à Assembleia Geral que solicite ao Secretário-Geral que realize, em seu nome, estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança;

- O Comitê poderá formular sugestões e recomendações gerais com base nas informações recebidas de acordo com os termos dos artigos 44 e 45 da presente Convenção. Essas sugestões e recomendações gerais devem ser transmitidas aos Estados Partes em questão e encaminhadas à Assembleia Geral, acompanhadas por comentários eventualmente apresentados pelos Estados Partes.

### **PARTE III**

#### **Artigo 46**

A presente Convenção está aberta à assinatura de todos os Estados.

#### **Artigo 47**

A presente Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas.

#### **Artigo 48**

A presente Convenção permanecerá aberta à adesão por qualquer Estado. Os instrumentos de adesão serão depositados em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas.

#### **Artigo 49**

A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após a data em que tenha sido depositado o vigésimo instrumento de ratificação ou adesão em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Para cada Estado que venha a ratificar a Convenção ou aderir a ela após ter sido depositado o vigésimo instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito, por parte do Estado, de seu instrumento de ratificação ou de adesão.

#### **Artigo 50**

Qualquer Estado Parte poderá propor uma emenda e registrá-la com o Secretário-Geral das Nações Unidas. Na sequência, o Secretário-Geral comunicará a emenda proposta aos Estados Partes, solicitando que estes o notifiquem caso apoiem a convocação de uma Conferência de Estados Partes



Com o objetivo de analisar as propostas e submetê-las à votação. Se no prazo de quatro meses a partir da data dessa notificação pelo menos um terço dos Estados Partes declarar-se favorável a tal Conferência, o Secretário-Geral convocará a Conferência, sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na Conferência deverá ser submetida pelo Secretário-Geral à Assembleia Geral, para sua aprovação.

Uma emenda adotada em conformidade com o parágrafo 1 deste artigo entrará em vigor quando aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aceita por dois terços dos Estados Partes.

Quando entrar em vigor, a emenda será vinculante para os Estados Partes que as tenham aceitado, e os demais Estados Partes continuarão regidos pelos dispositivos da presente Convenção e pelas emendas anteriormente aceitas por eles.

#### Artigo 51

O Secretário-Geral das Nações Unidas deve receber e comunicar a todos os Estados Partes o texto das ressalvas feitas no momento da ratificação ou da adesão.

Não será permitida nenhuma ressalva incompatível com o objetivo e o propósito da presente Convenção.

Quaisquer ressalvas poderão ser retiradas a qualquer momento mediante notificação dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que deve transmitir essa informação a todos os Estados. Tal notificação entrará em vigor na data de seu recebimento pelo Secretário-Geral.

#### Artigo 52

Um Estado Parte pode requerer a denúncia da presente Convenção mediante notificação por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia entrará em vigor um ano após a data em que a notificação for recebida pelo Secretário-Geral.

### Artigo 53

O Secretário-Geral das Nações Unidas é designado depositário da presente Convenção.

### Artigo 54

O texto original da presente Convenção, cujas versões em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticas, deve ser depositado em poder do Secretário-Geral das Nações Unidas. Em testemunho do quê os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos governos, assinaram a presente Convenção.

- Actualmente, consideramos a criança um ser em evolução contínua. Durante este processo de crescimento contínuo, a criança necessita de uma série de condições favoráveis no ambiente que a rodeia e do apoio dos pais e educadores.

Temos, portanto, de ter em conta a enorme importância da Educação, que é um direito fundamental da criança. Por outro lado, só uma educação igualitária, sem discriminações de qualquer tipo, permitirá tornar realidade a frase que incluímos na introdução desta lição: "Todos os homens são iguais".

A **Convenção Sobre os Direitos da Criança** reconhece que há, em todo o mundo, crianças que vivem em condições muito difíceis e que essas crianças necessitam de uma atenção especial. Para responder a esta necessidade, é imprescindível a cooperação de todos os países.

A educação da criança, segundo o texto da Convenção, deve basear-se nos princípios proclamados na Carta das Nações Unidas: liberdade, justiça, paz, tolerância, dignidade, igualdade e solidariedade. Tendo em conta, além disso, que toda a acção educativa deve desenvolver-se no âmbito das tradições e valores culturais de cada povo.

- Declaração dos Direitos da Criança

[https://declaracao.universal.dos.direitos.da.crianca.pdf\(mec.pt\)](https://declaracao.universal.dos.direitos.da.crianca.pdf(mec.pt))

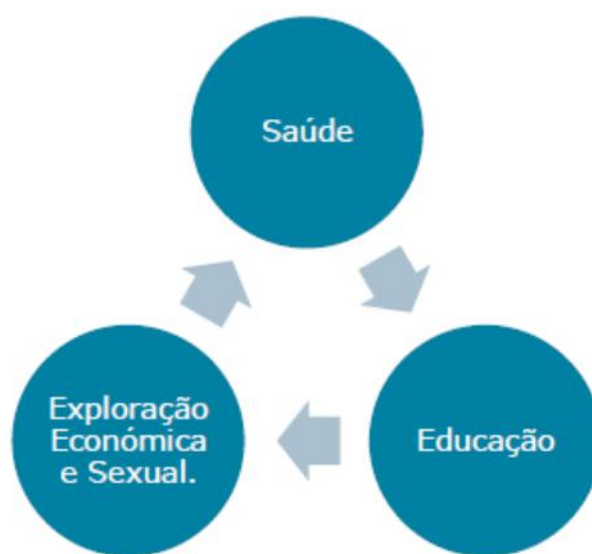
- Convenção UNICEF

Em anexo sobre a convenção da UNICEF sobre os Direitos da criança.

<https://crmceac.bitrix24.com/~pPhjb>

A família é considerada o espaço adequado para que a criança tenha um desenvolvimento perfeito da sua personalidade. Sempre que ofereça um ambiente de compreensão e felicidade, a família é o primeiro agente educativo. Falaremos dela mais adiante, nesta lição.

Vamos agora analisar as principais linhas mestras da Convenção no que respeita aos Direitos da Criança nestes três temas: a Saúde, a Educação e a Exploração Económica e Sexual.



#### ➤ Saúde;

A Convenção afirma que os diferentes Estados devem garantir que os serviços de saúde estejam ao alcance de todas as crianças, para que gozem de um alto nível sanitário.

Pretende-se com isto reduzir a mortalidade infantil, combater as doenças e a desnutrição, assegurar a assistência médica às crianças e às mães no período pré-natal (durante a gravidez) e pós-natal (após o parto), desenvolver os cuidados médicos preventivos, etc.

Os principais responsáveis para que a criança tenha as condições de vida adequadas são os pais, de acordo com as suas possibilidades económicas. Se os pais não tiverem os meios económicos suficientes para levar a cabo a sua tarefa, os Estados participantes na Convenção comprometem-se a adoptar as medidas necessárias para uma ajuda básica: alimentação, vestuário e habitação.

### ➤ Educação;

Já falámos do reconhecimento por parte da Convenção do direito da criança à educação. Vejamos, mais concretamente, em que consiste este direito.

A Convenção considera que o Ensino Básico deve ser obrigatório e gratuito para todos. O objectivo prioritário é a escolarização total, isto é, fazer com que todas as crianças vão à escola, seja qual for a sua situação económica. Com o aumento da escolarização, reduzem-se as altas taxas de analfabetismo que, infelizmente, existem em todo o mundo.

Os objectivos do Ensino Básico são os seguintes:

- 1) - Desenvolver ao máximo as capacidades mentais e físicas da criança, respeitando sempre as liberdades e os Direitos Humanos.
- 2) - Educar a criança de modo a respeitar os direitos e as liberdades fundamentais de todos os indivíduos, em especial dos pais, da sua própria identidade, do seu país e de outras culturas diferentes da sua.
- 3) - Preparar a criança para a vida, sempre em prol de uma sociedade livre, tolerante, onde não haja discriminações por motivo de raça, sexo ou religião, fomentando a paz e o espírito de compreensão

## ➤ Exploração;

### ≥ Exploração económica e sexual;

Como a História demonstra, a criança tem, em inúmeras ocasiões, sido utilizada em proveito dos adultos, e isto continua, infelizmente, a acontecer nos nossos dias. Por isso os Estados participantes na Convenção reconhecem o direito da criança a ser protegida contra qualquer exploração, seja ela económica, sexual ou de outro tipo.

A Convenção afirma que a criança tem direito à protecção da lei contra toda e qualquer intervenção abusiva ou ilegal na sua vida privada e familiar, e reconhece, neste âmbito, a importância dos meios de comunicação, os quais devem velar por que os seus conteúdos promovam o bem-estar social, espiritual e moral da criança.

## ➤ Direitos da Criança;

Dado que um dos direitos fundamentais da criança é o direito à educação, vamos deter-nos nas bases da educação e nos diferentes agentes. Que a tornam possível. Na figura podemos ver o esquema do conteúdo que estudaremos a seguir



É neste contexto que as crianças privadas do seu meio familiar têm direito a protecção e assistência especiais do Estado. Todas as acções de custódia, adoção ou protecção de menores devem ter sempre presentes estes direitos fundamentais da criança.

A filiação, isto é, o direito que os filhos têm de depender dos pais, pode ser natural, de origem matrimonial ou não matrimonial, ou decorrer de adoção. O principal objectivo da adoção é a integração da criança numa família de modo a assegurar, tal como assinalámos anteriormente, o desenvolvimento perfeito da sua personalidade. Com a adoção cria-se, pois, uma relação legal de filiação sem qualquer tipo de limitação.

#### ➤ Constituição portuguesa;

A Constituição portuguesa assegura a protecção integral dos filhos, sendo estes iguais perante a lei, independentemente do tipo de filiação.

Não podemos terminar esta primeira parte da lição sem referir que, apesar da existência de toda esta legislação, referendada internacionalmente pelas instituições mais prestigiadas, o certo é que, infelizmente, da teoria Aquilo que acontece na realidade vai uma grande distância e que ainda hoje existem no mundo muitas crianças que não gozam destes direitos.

Ver o documento português que especifica os direitos da criança para Portugal.

<https://crmceac.bitrix24.comP,J9Jogd>

#### ➤ As Bases da Educação;

##### ➤ Conceito de educação;

##### - O que é educar?

Quantas vezes ouvimos um pai ou uma mãe afirmarem: "Ninguém tem que me dizer como educar o meu filho". Isto faz parte da ideia geralmente difundida de que toda a gente sabe educar.

Educar, no entanto, não é tão fácil como parece. Em todo o processo educativo entra em jogo um grande número de factores (acções, situações, efeitos, etc.) que devemos ter em conta.

A educação proporciona, através da comunicação entre as pessoas, ideias, normas, modelos de conhecimento e de conduta. Dizemos que uma pessoa é educada ou que tem educação quando possui um grau de formação suficiente para compreender e julgar, assim como experiência para agir racionalmente e responder pelos seus atos.

A educação também se entende como uma acção dinâmica e aberta, isto é, como um processo formativo que nunca se dá por finalizado. Você mesmo, ao estudar este Curso, está a educar-se, porque está a aperfeiçoar os seus conhecimentos.

Para além de proporcionar ideias, capacidades, conhecimentos e normas de conduta, educar também implica um propósito, uma intenção. Diremos, pois, que uma criança é educada quando, através das acções do educador, conseguimos os objectivos propostos tanto no aspecto das atitudes (comportamentos, condutas) como no aspecto das aptidões (conhecimentos, capacidades).

### ≥ A educação, um processo de comunicação

Não podemos encarar a criança, que neste caso é o objecto da nossa acção, como um instrumento que manejamos segundo os nossos desejos. O que pretendemos com a nossa acção educativa é melhorar a criança a todos os níveis, tendo em conta as suas características particulares. Por isso, falaremos da educação como um processo, um processo educativo.

A criança vive num determinado meio social: a família, a escola, todo o ambiente que a rodeia. E cresce em interacção com todo este meio, numa troca constante de informação.

A educação é, pois, um processo de comunicação, e, como em qualquer processo de comunicação, temos um emissor que comunica uma mensagem a um receptor. O receptor, neste caso, é a criança que recebe mensagens, ou seja, os conteúdos da aprendizagem (conhecimentos, hábitos...), e recebe-as de um emissor que é a família, o meio social e cultural em que vive, e, sem dúvida, a escola, através dos seus programas educativos.



### ➤ Educação e aprendizagem

Acabámos de ver que a educação traz implícita uma intenção, um propósito, isto é, tem finalidades, metas, objectivos, e atende a determinados valores éticos, sociais e culturais.

Mas a educação não será eficaz se aquilo que se ensina não for captado pelo aluno. Pois bem, falamos de aprendizagem quando o aluno, no nosso caso a criança, capta, assimila aquilo que lhe ensinamos, ou seja, quando aprende o que lhe é ensinado.

Por isso, assim como a educação depende fundamentalmente de quem ensina (escola, família, ambiente social), a aprendizagem é uma tarefa que corresponde ao aluno, à criança neste caso, e pressupõe uma mudança relativamente permanente na sua capacidade como indivíduo, pois aprender é adquirir algo que não se possuía.

Uma vez estabelecida a diferença entre educação e aprendizagem, temos de assinalar que embora a educação traga implícita uma intenção, a aprendizagem pode dar-se de forma não intencional, isto é, casual. Vamos agora ver porquê.

Todos nós tivemos já ocasião de observar crianças a realizar actividades que, em princípio, ninguém lhes ensinou. Quando, por exemplo, pegam numa vassoura e fazem como se estivessem a varrer.



Pode ser que a mãe nunca lhes tenha ensinado a varrer. Então, como terão aprendido? Observando os adultos ou outras crianças. Trata-se de uma aprendizagem por imitação.

A criança faz parte de um determinado grupo social e de um ambiente cultural. Existe, como já dissemos, uma interacção entre a criança e o meio em que se desenvolve: o meio exerce uma influência sobre a criança e, ao mesmo tempo, a criança, como qualquer outra pessoa, actua sobre o meio.

## ≥ **Resumo da Matéria;**

A Convenção Sobre os Direitos da Criança estabelece os requisitos necessários para a protecção e defesa do menor. Entre os vários aspectos tratados, concentrámo-nos no direito fundamental à educação. Uma educação igualitária, sem qualquer tipo de discriminação, que permita o perfeito desenvolvimento das capacidades físicas e psíquicas da criança. Educar implica um propósito, uma intenção. Além disso, proporciona ideias, capacidades, conhecimentos, normas de comportamento. A educação é um processo dinâmico e aberto.

Existe uma interacção entre a criança e o meio social em que se desenvolve. A aprendizagem pode ocorrer também de uma forma casual, por imitação.

## ➤ **Objectivos da Educação**

### ≥ **Evolução histórica;**

Os objetivos que se estabelecem para a educação têm sempre íntima relação com os valores da cultura e do momento histórico. Existem valores partilhados e defendidos sempre, em qualquer época e em qualquer cultura: por exemplo, a paz ou o bem.

Há outros valores que são uma exigência social num lugar concreto e num momento histórico determinado. No nosso sistema educativo, por exemplo, defendem-se valores como o espírito democrático e crítico, o companheirismo e a cooperação, a autonomia pessoal, a defesa das liberdades, etc. Noutros contextos culturais e noutras épocas, estes valores não aparecem na consciência pessoal e coletiva. Em muitos países do terceiro mundo, por exemplo, onde se vivem necessidades prementes e urgentes (pobreza, fome, seca, etc.), estes valores são irrelevantes.

## ≥ Componentes básicos da educação;

Antes de falarmos nos objectivos da educação infantil, vamos enumerar os seus componentes básicos. Os componentes básicos da educação são os ambientes educativos que decorrem dos conteúdos culturais que se querem transmitir e das exigências sociais em geral. São os seguintes:

- Os conhecimentos que as crianças vão adquirir, isto é, que irão aprender. Não nos referimos apenas à aprendizagem escolar (ler, escrever, etc.), mas também à compreensão e memorização de conteúdos culturais fundamentais (matemática, ciências naturais, língua, música, etc.).
- As capacidades que pretendemos desenvolver na criança, capacidades essas que lhe permitirão resolver problemas, enfrentar novas aprendizagens, ou seja, aprender.
- Os valores, os princípios e as normas que devemos procurar que a criança interiorize para que passem a integrar a sua conduta. Ou seja, as atitudes positivas que queremos desenvolver nela para fomentar a sua autonomia pessoal e como membro integrante da sociedade

Os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que queremos que as crianças adquiram e desenvolvam, ou seja, os objectivos da educação, não têm sido nem serão sempre os mesmos. Isto porque as circunstâncias sociais, políticas, religiosas e económicas de cada época histórica fazem com que prevaleçam determinadas necessidades educativas.

Por exemplo, a importância que a conservação da natureza tem actualmente é um valor positivo que está a impor-se na sociedade, que se potencia tanto na escola como nos meios de comunicação, e que não aparecia noutras épocas.

Em Portugal, e sem aprofundar muito a questão nesta altura do nosso Curso (teremos ocasião de estudá-la com mais pormenor na próxima Unidade Didáctica) pode considerar-se que a primeiríssima fase do ensino se divide em duas etapas: a educação infantil propriamente dita, que abarca o período dos 0 aos 3 anos da criança e que entre nós não está regulamentada, ficando inteiramente a cargo da família ou, eventualmente, das creches, e a educação pré-escolar, que, já integrada na LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo), incide sobre o período dos 3 aos 6 anos.

Vamos aqui debruçar-nos exclusivamente sobre a primeira etapa, em que «ensino» e «educação» se confundem nos seus significados e objectivos.

Na educação da criança, sobretudo no período dos 0 aos 3 anos, é de grande importância ter em conta a sua interacção com o meio que a rodeia. Se não houver este cuidado, corremos o risco de ter uma acção desajustada, incapaz de despertar o interesse da criança e que, por conseguinte, será de nulo efeito.

A educação infantil deve favorecer o desenvolvimento perfeito da criança. A educação, nesta etapa da vida, potencia e possibilita a formação da personalidade, relacionada com os valores predominantes da sociedade na qual se desenvolve. Ponhamos, pois, de parte a ideia de que a criança só vai para a creche para que tomem conta dela.

A educação infantil deve ajudar a criança a:

- Conhecer o seu próprio corpo e as suas possibilidades de acção;
- Adquirir autonomia pessoal;
- Observar e explorar o seu meio natural, social e familiar;
- Saber relacionar-se com os outros.

A educação infantil não só deve preparar a criança para o seu futuro ingresso no ensino primário, mas também, e ao mesmo tempo, ajudar a compensar e remediar as deficiências daquelas que vivem em ambientes inadequados. As acções educativas devem planificar-se atendendo tanto às necessidades como às carências da criança.

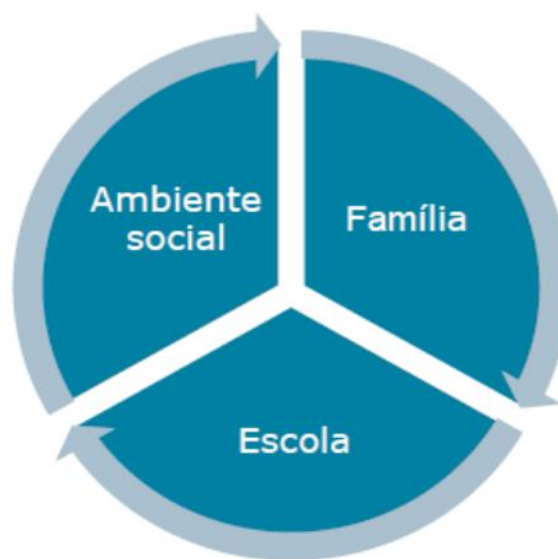
Actualmente, a educação infantil tem de ser capaz de prevenir o insucesso e as desigualdades, tanto a nível escolar como social. Neste período, qualquer deficiência educativa que consigamos resolver evitará problemas futuros de adaptação e desenvolvimento.

As actividades planificadas têm de estar em concordância com todos estes objectivos e devem abarcar todos os aspectos relacionados com o processo evolutivo da criança, isto é, com aquilo que ela é capaz de compreender e realizar em cada etapa do seu desenvolvimento físico e intelectual, sem tentar forçar o seu ritmo em momento algum. A educação deve, finalmente, adequar-se tanto a cada criança como às características gerais da população do país.

### ≥ Agentes educativos;

A criança não recebe estímulos só da escola. Há outras pessoas e outros campos que também a estimulam e a educam. Já falámos da aprendizagem por imitação.

A família, a escola e o ambiente social são os três grupos que, de uma maneira mais directa, influenciam a criança. Denominam-se Agentes Educativos. Vamos dedicar-lhes a última parte da lição. Começamos pelo mais importante e decisivo.



### ≥ A família: A sua influência educativa

O processo educativo começa no momento do nascimento. Nos primeiros meses de vida, a criança relaciona-se e comunica com o mundo que a rodeia através da mãe e, à medida que cresce, esta relação vai -se alargando ao resto da família.

Consideramos a família o primeiro agente educativo devido à enorme influência que exerce no desenvolvimento da criança e na sua educação. É o ambiente no qual realizará as primeiras aprendizagens de autonomia pessoal e de socialização.

Consequentemente, é muito importante observar a criança, sobretudo nos primeiros meses de vida. Esta observação facilitará a nossa actuação e permitirá prevenir dificuldades e evitar erros.

Na tabela seguinte encontrará algumas das contribuições da família para a educação da criança. Recorde, sobretudo, que a ausência de alguma destas contribuições pode influenciar negativamente o processo educativo da criança.

- Os membros da família aceitam a criança tal como ela é e proporcionam-lhe o afecto de que precisa.
- Dão-lhe estabilidade e segurança porque está integrada num grupo estável.
- Satisfazem tanto as necessidades físicas como psíquicas da criança.
- São os primeiros orientadores e estimuladores de todas as suas actividades. Definem os primeiros padrões educativos.
- A sua presença é contínua e incondicional: sempre que a criança necessita, estão lá para ajudá-la.

Se conversar com uma pessoa mais velha, ou até com os seus pais, sobre a maneira como educaram os filhos, verificará que a família, com o passar do tempo, sofreu grandes transformações, evidentes sobretudo na posição da mãe, na sua função, e nas relações entre os membros da família.

Estas relações são consideradas básicas para a formação da criança e para o seu desenvolvimento adequado.

Além disso, a família influencia os relacionamentos da criança e pode controlar indirectamente os outros agentes educativos.

Porquê? Porque os pais escolhem a escola que a criança frequenta, em casa vêem-se determinados programas de televisão e lê-se determinada imprensa, vive-se de acordo com uma determinada hierarquia de valores, etc. Tudo isto condiciona o processo educativo da criança e a sua posterior maneira de ser.

De um modo geral, as autoridades esforçam-se por conseguir que as crianças que não têm o seu próprio, meio familiar encontrem uma família alternativa. E esta -família de acolhimento é sempre escolhida com muito cuidado. A sua influência no processo educativo da criança adotada é tão grande e importante que esta responsabilidade não pode ser confiada a qualquer pessoa. Pensemos, também, nas crianças que são dadas para adoção e separadas dos seus pais biológicos porque estes não estão capacitados para desempenharem a sua função.

#### ≥ Importância do nível socioeconómico familiar

Esta influência da família é muito importante se compararmos os comportamentos de crianças de diferentes estratos sociais. Nem todas as crianças dispõem dos mesmos recursos (alimentares, culturais, educativos) e oportunidades.

Observe e compare as figuras abaixo:



O nível económico e cultural da família determina, em certa medida, a repercussão que os outros agentes educativos - a escola e o ambiente social - vão ter na criança. Fazemos uma ligação entre o económico e o social porque, normalmente, o primeiro determina o segundo: se há falta de recursos económicos, é geralmente difícil o acesso à cultura.

Apesar de a lei portuguesa consagrar a igualdade de oportunidades para todas as crianças, no acesso à escola como em todos os domínios, independentemente do seu nível sócio-económico, o certo é que nos sectores de baixo nível económico e cultural considera-se pouco importante, e as mais das vezes impraticável a escola para crianças dos 0 aos 3 anos.

Contudo, embora seja certo que a família tem uma influência decisiva, não podemos afirmar que determina absolutamente o futuro da criança. Todos sabemos que há, em qualquer sociedade, pessoas importantes que não provêm de famílias com um estatuto elevado. Há que ter em conta os outros agentes educativos, sobretudo o ambiental, que é o mais difícil de controlar, uma vez que não se reduz a um pequeno grupo de pessoas como a família e a escola.

### ≥ A dimensão da família

Outro factor importante é o número de pessoas que constituem o agregado familiar. Como deve saber, na nossa sociedade as famílias com um ou dois filhos são as mais frequentes.

Não há dúvida de que o tamanho da família tem influência no relacionamento e, portanto, na educação das crianças. Embora não se possa generalizar neste tema, podemos, isso sim, assinalar muito sinteticamente algumas tendências desse relacionamento conforme a dimensão da família.

Nalgumas famílias com um só filho há a tendência para uma protecção excessiva por parte dos pais, sempre dispostos a dar-lhe tudo o que quer, o que o pode prejudicar mais do que ajudar o seu desenvolvimento social e afetivo.

Nas famílias com dois filhos, não se verifica habitualmente uma protecção excessiva e regra geral os pais conseguem dedicar-lhes um nível de atenção adequado. Por outro lado, o facto de ter um irmão estimula certas aprendizagens sociais e afetivas.

Nas famílias com três ou mais filhos, é essencial uma organização e um controlo coletivo das actividades dos seus membros, o que significa que a atenção recebida pelas crianças pode não ser a adequada. Por outro lado, pode existir por parte dos pais uma tendência para compararem as acções de cada um dos filhos com as dos irmãos.



Como conclusão, e antes de passarmos ao próximo agente educativo, diremos que nas crianças dos 0 aos 3 anos é a família que tem maior peso educativo. A sua estrutura interna e as relações que se estabelecem entre os seus membros influenciam claramente o desenvolvimento psicológico da criança e as suas reacções perante os outros.

## ≥ A escola

A influência que a escola exerce na criança é diferente da da família. Na escola realiza-se uma acção educativa premeditada. Estabelecem-se objectivos educativos diferentes, que se formulam de uma maneira explícita e científica. A criança adquire conhecimentos, capacidades técnicas e atitudes que são os componentes básicos da educação.

As suas actividades têm regras, o que quer dizer que obedecem a determinadas normas e leis, iguais para todos.

Na escola infantil, a criança tem de aprender a adaptar-se a novas situações e a controlá-las. As relações que estabelecer vão ser totalmente diferentes nas que mantém no seio da sua família. Não está lá a mãe para a proteger: é a criança que se defronta com os seus colegas e que tem de aprender a viver com eles. Estas relações condicionarão o seu desenvolvimento psicológico.

Além disso, na escola infantil o seu comportamento vai ser diferente do de casa. Já alguma vez, por exemplo, ouviu uma mãe dizer que o filho come muito bem na escola mas que em casa é um autêntico desastre? Na escola infantil a criança é apenas mais uma, sabe-o e assume facilmente as normas estabelecidas. Em casa todos estão pendentes dela e, normalmente, não tem outras da sua idade para imitar nem com quem competir.

No que respeita à acção educativa concreta que se realiza na escola infantil, já dissemos mais atrás que, entre nós, não há legislação específica (as primeiras normas legais, nesta área, aplicam-se à educação pré- -escolar, dos 3 aos 6 anos). Regra geral, procura-se conseguir uma estimulação da criança destinada a potenciar as suas faculdades ou características pessoais e a resolver o mais possível as suas deficiências.

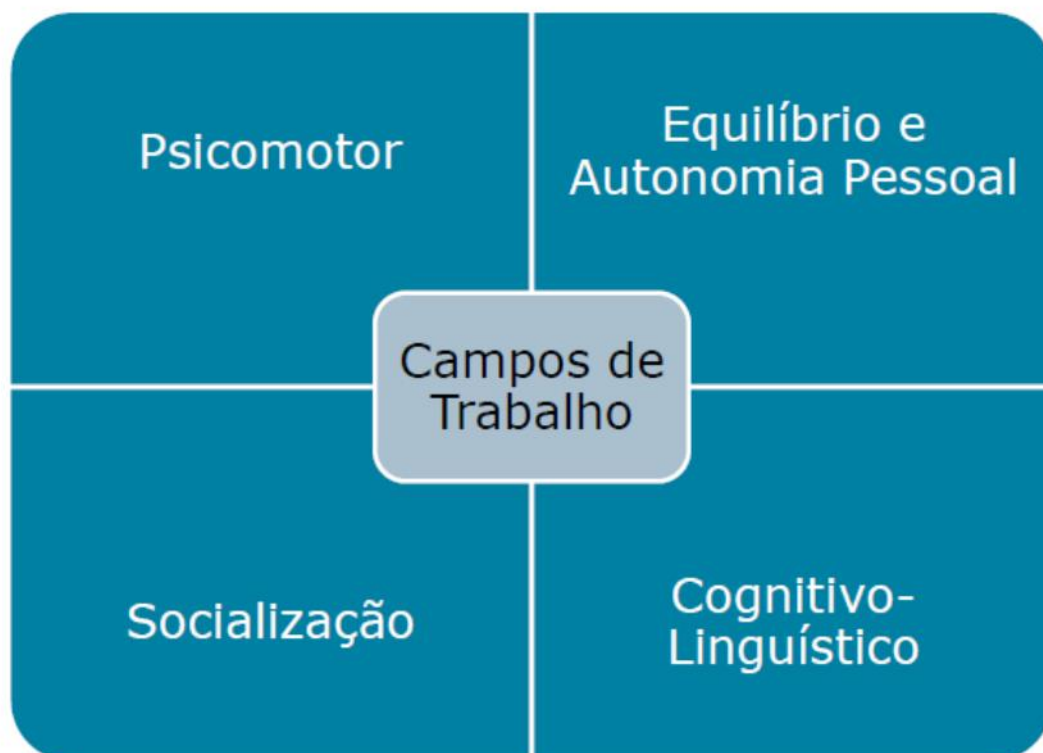


Na opinião praticamente unânime dos especialistas, as três grandes áreas em que devem enquadrar-se os objectivos da educação infantil são:

- **Identidade e autonomia pessoal:** conhecimento do próprio corpo e das suas possibilidades de acção, e aquisição progressiva de autonomia nas actividades habituais.
- **Meio Físico e Social:** observação e exploração do meio natural, familiar e social.
- **Comunicação e Representação:** relação com os outros através das diversas formas de expressão e comunicação.

Adiante veremos, sob a forma de quadro, os quatro campos em que se desenvolve o trabalho educativo a realizar nas creches e jardins-de-infância e que decorrem das áreas que acabamos de referir. De momento, é suficiente que saiba quais são esses quatro campos. Ao longo das próximas lições iremos aprofundá-los pouco a pouco.

≥ Campos de trabalho;



O trabalho na escola infantil deve ser organizado como um jogo que motive a criança a participar sem esquecer, como sempre, as suas características individuais e o meio em que vive. Não se trata de acelerar o ritmo de desenvolvimento da criança, mas de ajudá-la a aprender com o menor esforço possível.

A escola infantil desenvolve na criança a capacidade de relacionar-se com os outros através de várias formas de expressão e comunicação.

Porque será que um trabalho tão importante deve ser realizado numa fase tão precoce? Porque a criança, nos seus três primeiros anos de vida, revela uma maior adaptação das estruturas nervosas do que em períodos posteriores do seu desenvolvimento. O que significa isto de "adaptação das estruturas nervosas"? Significa que nesta idade a criança está biologicamente preparada para aprender sem esforço, e é, portanto, mais fácil intervir no campo educativo.

No entanto, como compreenderá, não se pode agir de uma forma inconsciente. A intervenção educativa deve ter uma base psicopedagógica, com um conhecimento adequado do desenvolvimento evolutivo da criança. Por isso, basear-se-á na psicologia do desenvolvimento, da aprendizagem e da neurologia evolutiva, conceitos que iremos estudar ao longo do Curso.



## ≥ O ambiente social

Como deve recordar, já assinalámos a importância que o ambiente social tem na educação infantil. O ambiente tanto pode potenciar como dificultar o desenvolvimento da criança.

Duas crianças que apresentem ao nascer características fisiológicas parecidas, mas que depois cresçam em meios sociais diferentes, não terão as mesmas oportunidades. Está provado que um bom ambiente sócio-cultural favorece assinalavelmente, na maioria dos casos, um adequado desenvolvimento educativo e a inteligência da criança, porque lhe proporciona uma grande quantidade de estímulos positivos.

Voltaremos a este ponto mais adiante, quando tratarmos da interacção hereditariedade-ambiente na lição "A Herança Biológica" desta mesma Unidade.

Não queremos com isto dizer que todas as crianças que vivam num ambiente cultural pouco favorável venham forçosamente a ter um baixo coeficiente intelectual ou problemas de educação. Mas vão com certeza apresentar maiores carências e correrão um risco muito mais alto de encontrar dificuldades.

Embora a família seja o meio que acolhe a criança em primeiro lugar, há ao longo do processo educativo uma interacção constante entre ela, a escola e o ambiente social, os três agentes educativos que analisámos.

Como conclusão deste tema, podemos dizer que a acção educativa de pais e educadores deve controlar a influência do meio social e transmitir à criança as atitudes e os valores adequados. Deste modo, à medida que vai crescendo, a criança irá integrando esses valores e comportar-se-á cada vez com maior maturidade e autonomia pessoal.

## ≥ **Resumo da Matéria**

Os componentes básicos da educação são: os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que as crianças devem adquirir.

A educação infantil deve favorecer o desenvolvimento completo da criança. Os seus quatro objectivos principais são os seguintes: ajudá-la a conhecer o seu próprio corpo e as suas possibilidades de acção;

Ajudá-la a adquirir autonomia pessoal; ensiná-la a observar e explorar o meio natural, social e familiar que a rodeia, e ajudá-la a relacionar-se normalmente com os outros.

A família, a escola e o ambiente social são os três agentes educativos que, de uma maneira mais directa, influenciam a criança. Embora a família seja o mais importante, há, ao longo de todo o processo educativo, uma constante interacção entre estes três agentes.

Os quatro campos do trabalho educativo nas creches e jardins-de-infância são os seguintes: psicomotor, equilíbrio e autonomia pessoal, socialização e cognitivo-linguística.

A acção educativa de pais e educadores deve controlar a influência do ambiente social.

### ➤ Lei de Bases do Sistema Educativo?

#### O que é a Lei de Bases do Sistema Educativo?

A Lei de Bases estabelece o quadro geral do sistema educativo e pode definir-se como o referencial normativo das políticas educativas que visam o desenvolvimento da educação e do sistema educativo.

#### **A Lei de Bases do Sistema Educativo Português?**

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português foi aprovada a 14 de outubro, de 1986\*, estabelece o quadro geral do sistema educativo vigente. Posteriormente, o Decreto-Lei nº286/89, também chamado de “ Reforma Educativa”, define a Estrutura Curricular, conjuntamente estes dois instrumentos constituem o quadro de referência que serviu de base para a elaboração dos programas em curso.

Tendo sido alterada posteriormente em 1997, 2005 e 2009. As duas primeiras alterações referiram-se a questões relacionadas com o acesso e financiamento do ensino superior (1997 e 2005), e a última, em 2009\*\*, com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

Existe também um conjunto de princípios definidos na LBSE e que dão a conhecer os seus objetivos gerais, bem como a estrutura do sistema educativo que ela contempla e ainda os percursos académicos, os títulos académicos, as especialidades, etc., que iremos estudar na 1ª parte deste módulo.

Em segundo lugar, e como etapa com identidade própria, estudaremos a educação pré-escolar, cuja finalidade é promover globalmente o desenvolvimento de todas as capacidades básicas de que é portador o ser humano. Dar-lhe-emos ainda a conhecer a Lei-quadro da Educação Pré-Escolar (LQEPE) que, na sequência dos princípios definidos na LBSE, consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar, que se destina às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e que será ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar.

A LQEPE é publicada a 10 de Fevereiro de 1997 e decretada nos termos dos artigos 164º, alínea d), e 169º nº3 da Constituição Portuguesa.

### ≥ Como parece a LBSE?

Como qualquer lei, a LBSE implica um processo prévio de projetos e propostas de lei.

Tal como esta estipulado nos «Direitos da Criança e Bases da Educação», a educação é um direito fundamental da pessoa e todos os governos devem garanti-lo aos seus cidadãos.

A educação tem como objetivo fundamental dar ao individuo uma educação plena que lhe permita desenvolver a sua própria identidade e construir um conceito da realidade que integre «o conhecimento», a «a valorização ética», e a «Capacidade Crítica». Durkeim (1922), dando destaque a dimensão social da educação, diz que esta tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclaims pela sociedade no seu conjunto e pelo meio social a que a criança se destina. Se atendermos nestes objetivos, veremos que do seu grau de cumprimento vai depender o progresso da sociedade no seu conjunto. Por isso, Portugal empreendeu uma reforma profunda do Sistema Educativo.

Este processo começou em 1977 com uma lei pela qual se conquistava a escolarização de todos os cidadãos na educação básica e se avançava no campo da igualdade de oportunidades. Posteriormente, a transição para um sistema democrático levou uma nova dinâmica ao sistema educativo, reformando o acesso ao ensino superior, criando novos planos curriculares e novas formas de avaliação.

Finalmente, em 1986, surge a atual LBSE e, em 1989, a Reforma Educativa (RE). A RE traça os objetivos para o ensino básico e tem como prioridade o alargamento da rede de educação pré-escolar à maioria das crianças. Este objetivo é agora parcialmente cumprido com a LQEP de 1997.

### ≥ O que traz a nova Lei?

A lei traz consigo uma mudança de mentalidade e uma renovação no campo educativo e nos campos que interagem com a educação. Em temas programáticos, a nova lei aponta para aprendizagens:

- Ativas;
- Significativas;
- Diversificadas;
- Integradas;
- Socializadoras;

Em termos de avaliação aponta para uma avaliação continua que deverá centrar-se na evolução dos percursos escolares, impondo grandes restrições em certos casos. A nova lei propõe ainda novos modelos de gestão escolar e estabelece novos modelos de rede escolar e de tipologia de escolas. Em termos de estrutura da educação escolar, a nova lei define o seguinte quadro:

- **Educação pré-escolar:** dos 3 anos ao ingresso no ensino básico;
- **Ensino básico:** até aos 16 anos, compreendendo três ciclos sequenciais, sendo o primeiro de quatro anos, o segundo de dois anos e o terceiro de três.
- **Ensino secundário:** 3 anos, com cursos predominantemente orientados para a vida ativa (via profissionalizante e cursos destinados ao prosseguimento dos estudos).

- **Ensino superior:** compreende o ensino universitário e o ensino politécnico; são conferidos quatro graus: bacharel, licenciado, mestre e doutor.

#### ≥ A qualidade do ensino;

Um aspeto fundamental que a LBSE pretende assegurar é a qualidade do ensino, que deve emergir de atividades a organizar na escola em cooperação com alunos, professores, pais e comunidade.

Para assegurar essa qualidade, é regulamentada:

- a) A formação contínua dos professores, sem a qual não lhes será permitida a progressão na carreira.
- b) A inovação e a investigação educativa tendo como base o Instituto de Inovação Educacional, que fomenta e apoia projetos educativos.

#### ≥ Compensação das desigualdades;

Para além da regulação destes fatores básicos da educação, a LBSE tenta compensar as desigualdades, sejam elas intrínsecas ou extrínsecas à criança.

Nesta linha, cabe assinalar o carácter integrado da educação especial\* que dá apoio a alunos com necessidades educativas especiais (NEE).

A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos de ensino regular (dito normal) e com o apoio de professores especializados. Os currículos e programas são adaptados às NEE e as formas de avaliação adequadas às dificuldades. As turmas não poderão integrar mais de dois alunos com NEE e passam nesse caso a ser de 20 alunos na totalidade.

#### ≥ Bases do Sistema de Educação e de Formação: princípios/legislação

Os princípios básicos da Educação, consagrados na [Constituição da República Portuguesa \(CRP\)](#), artigos 43.º, 70.º, 73.º a 75.º e 77.º, são os seguintes:

- [Ao Estado incumbe a responsabilidade da democratização do ensino](#), não podendo este atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.
- [O ensino público não é confessional.](#)



- É garantido o direito a uma efetiva **igualdade de oportunidades** no **acesso e sucesso escolares** e à **criação de escolas particulares e cooperativas**.

#### ≥ **Princípios Organizativos – finalidades do sistema educativo**

Os princípios organizativos determinantes das finalidades do sistema educativo, enunciados na **Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)**: Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, são os seguintes:

- Contribuir para a **defesa da identidade nacional** e **respeito pela cultura portuguesa**, bem como para a **realização do educando**;
- Assegurar o **direito à diferença**;
- Desenvolver a capacidade para o trabalho com base numa **sólida formação geral e específica**.

#### ≥ **Princípios Organizativos – finalidades do sistema educativo**

- **Descentralizar e diversificar** as estruturas e acções educativas;
- Contribuir para a **correção das assimetrias** de desenvolvimento regional e local;
- Assegurar uma **escolaridade de segunda oportunidade**, bem como a **igualdade de oportunidades para ambos os sexos**;
- Desenvolver o espírito e a prática democrática, através da **adoção de estruturas e processos participativos**.

#### ≥ **Escolaridade Obrigatória**

- 1986 / 1997 / 2005 - **A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)** alarga a **escolaridade obrigatória para 9 anos** (ensino básico, constituído por 3 ciclos) e a escolaridade pós-obrigatória (ensino secundário) para três anos, com cursos diferenciados, orientados para o prosseguimento de estudos e para a inserção no mercado de trabalho.
- 2009 - **Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto** – Estabelece o **Regime da Escolaridade Obrigatória para as crianças e jovens** que se encontram em idade escolar e consagra a Universalidade da educação pré-escolar para **as crianças a partir dos 5 anos**.
- Consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas **entre os 6 e os 18 anos. (Artigo 2.º, 1.)**.



A escolaridade obrigatória cessa com a obtenção do diploma de curso conferente ao nível do ensino secundário da educação (Artigo 2.º. 4.a) ou no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos (Artigo 2.º, 4.b).

### ≥ **Resumo;**

A educação tem como **objetivo fundamental** dar ao individuo uma formação plena que lhe permita desenvolver a sua própria identidade e construir um conceito de realidade que integre o conhecimento, a valorização ética e uma capacidade critica como é devido em qualquer sociedade livre e pluralista.

A **LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo)** aparece em 1986 e é a consequência de um processo de projetos e propostas de Lei que se inicia com a LGE (Lei Geral de Educação) e prossegue em 1997 com a Lei-quadro do Ensino do Ensino Pré-escolar (LQEPE). A LBSE traz uma renovação tanto no campo estritamente educativo como nos campos sociais relacionados com a educação.

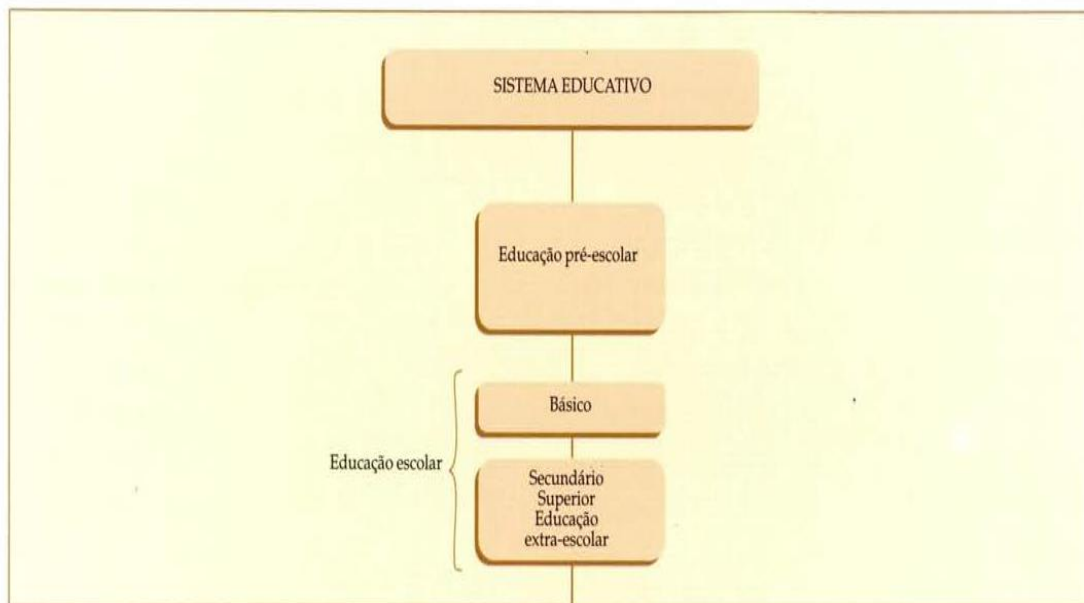
As **mudanças estruturais** que derivam desta lei, em relação ao sistema educativo anterior são: a gratuidade do ensino pré-escolar para crianças com 5 anos, a ampliação do ensino básico e obrigatório até aos 16 anos.

Para além disso, a lei pretende assegurar, por um lado, **a qualidade do ensino**, através da regulação de uma serie de fatores como, por exemplo, a formação contínua dos professores e, por outro lado, **a compensação das desigualdades** sociais em relação ao direito à educação.

### ➤ **Estrutura do Sistema educativo;**

Como já vimos, uma das principais reformas que aparecem com a LBSE é a nova estruturação do sistema educativo. Nesta parte, vamos explicar as características que terá cada uma das suas etapas: duração, objetivos, áreas curriculares em que se dividem, etc.

A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar ou supletiva da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreitas relações.



A educação escolar compreende o ensino básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui atividades de tempos livres. A educação extraescolar engloba atividades de alfabetização, de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional. A escolaridade é obrigatória apenas para o ensino básico, abrangendo um período total de nove anos.

#### ➤ Educação Pré-escolar;

Esta é talvez a etapa ou nível que aparece com um carácter mais inovador. Ainda que a sua frequência seja facultativa, cabe ao estado contribuir ativamente para a universalização da oferta de educação pré-escolar nos termos da LQEPE. Esta universalização estará a cargo de uma rede pública de educação pré-escolar e de uma rede privada, complementares entre si.

#### ➤ Objectivos da educação pré-escolar

Como qualquer outra etapa da educação, a pré - escolar tem como objectivo geral desenvolver as capacidades e potencialidades da criança, tendo em conta a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Para se atingir este fim, foram definidos objectivos específicos desta fase, que são os seguintes:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social.
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino básico e ao sucesso educativo.
- Estimular o desenvolvimento global, incentivando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas.
- Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas (verbal, gestual, estética, etc.).
- Desenvolver o aspecto psicomotor ou de movimento.
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades e fazer o seu diagnóstico atempado.

#### ➤ Ensino básico

O ensino básico é obrigatório e gratuito para todas as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos.

#### ≥ Divide-se em três ciclos.

- O 1º. Ciclo compreende 4 anos,
- O 2º. Ciclo 2 anos e
- O 3º. Ciclo 3 anos.

No ensino básico, as áreas de estudo são obrigatórias. O aluno não poderá ficar retido no 1º. ano e a sua retenção será dificultada nos restantes anos que não sejam os terminais de cada ciclo (4º., 6º. e 9º.). A conclusão da educação básica com aproveitamento confere o direito à atribuição de um diploma.

#### ➤ Objectivos do ensino básico

Os objectivos educacionais do ensino básico organizam-se segundo três dimensões:

- Dimensão pessoal: desenvolvimento global e harmonioso da personalidade.
- Dimensão das aquisições intelectuais: aquisição de um saber estruturado em domínios diversificados.
- Dimensão para a cidadania: formação de cidadãos conscientes e participantes.

Assim, a organização curricular para esta etapa visa essencialmente a valorização do ensino da língua e da cultura portuguesas, a compreensão e expressão de mensagens simples numa língua estrangeira, operações de cálculo e procedimentos lógicos e desenvolvimento do aluno/indivíduo e a sua formação pessoal e social.

#### ➤ Ensino secundário

Ao ensino secundário têm acesso os alunos que completarem com aproveitamento no ensino básico. A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito á atribuição de uni diploma que certificará a formação adquirida e, no caso de cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos de actividades profissionais determinadas.

#### ➤ Objectivos do ensino secundário

Nesta etapa, os objectivos são mais ambiciosos e visam:

- Assegurar o desenvolvimento de reflexão e curiosidade científica.
- Fomentar a aquisição de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na observação e na experimentação, bem como numa reflexão crítica.
- Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho.
- Favorecer a orientação e formação profissional.
- Criar hábitos de trabalho individual e em grupo favorecendo o desenvolvimento da reflexão metódica e de adaptação à mudança.

#### ➤ Ensino superior

O ensino superior pode ser politécnico ou universitário. Têm acesso a ele os alunos que estejam habilitados com o curso secundário ou equivalente e que cumulativamente façam provas de capacidade para a sua frequência. São também admitidos os indivíduos com mais de 25 anos que, não possuindo o curso secundário, façam prova adequada de capacidade para a sua frequência. Confere os graus de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

### ➤ **Resumo da Matéria;**

A LBSE estabelece três grandes grupos de educação no sistema educativo: a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar. A educação escolar, que compreende o ensino básico, secundário e superior, integra várias modalidades a nível de ensino secundário e superior. O ensino básico é a única escolaridade obrigatória em Portugal, sendo por isso gratuito. Divide-se em 3 ciclos com uma duração total de 9 anos. A conclusão do ensino básico com aproveitamento confere direito a um diploma. Os objectivos educacionais para a o ensino básico organizam-se segundo três dimensões: dimensão pessoal, dimensão de aquisições intelectuais, dimensão para a cidadania. O ensino secundário tem como finalidade a preparação para a continuidade de estudos superiores ou a qualificação para efeito de actividades profissionais determinadas. O ensino superior pode ser universitário ou politécnico e confere os graus de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

### ➤ **A Educação pré-escolar;**

Em Portugal, não existe uma rede de educação pública dos 0 aos 3 anos. O ensino pré-escolar começa, com carácter facultativo, aos 3 anos de idade, e é gratuito apenas para as crianças que completem 5 anos até ao ano 2000/2001, alargando-se progressivamente a todas as outras crianças. Esta disposição consta da LQEPE, de Fevereiro de 1977, e vem na sequência dos princípios definidos na LBSE.

Actualmente, compete ao Estado:

- Criar uma rede pública de educação pré-escolar.
- Apoiar a criação de estabelecimentos de ensino pré-escolar por outras entidades da sociedade civil.
- Definir as normas gerais que hão-se reger a educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos organizativo, pedagógico e técnico, bem como criar uma estrutura curricular.
- Assegurar o cumprimento efetivo dessas normas e currículos, designadamente através do acompanhamento, da avaliação e da fiscalização.

Assim, a educação pré-escolar passa a ser ministrada por uma rede pública, uma rede privada e ainda na modalidade de educação de infância itinerante e animação infantil comunitária.

A educação de infância itinerante consiste na prestação de serviços de educação pré-escolar mediante a deslocação regular de um educador de infância a zonas de difícil acesso ou com um número reduzido de crianças.

A animação infantil comunitária consiste na realização de actividades adequadas ao desenvolvimento de crianças que vivem em zonas urbanas e suburbanas carenciadas, a levar a cabo em instalações cedidas pela comunidade local, num determinado período do dia.

As crianças com 5 anos feitos que não sejam contempladas pela rede pública de educação pré-escolar ou pela educação de infância itinerante terão o direito de frequentar a rede privada com participação do Estado pela totalidade no que se refere à componente letiva da educação pré-escolar. As outras componentes serão comparticipadas de acordo com as condições sócio-económicas das famílias.

#### ≥ Como se contempla a educação pré-escolar?

Com a nova lei, é posto em prática um novo conceito do que deve ser a educação nas crianças mais pequenas e a etapa da educação pré-escolar é estabelecida de modo mais integrado, contínuo e processual. Na sociedade actual, considera-se necessário intervir, desde os primeiros anos, num contexto escolar adequadamente organizado e planificado, principalmente por três razões:

- a) Educativa. Porque para o desenvolvimento pessoal é preciso um ambiente adequado, com interacções planificadas e uma organização estimulante do meio.
- b) Social. Porque a vida actual faz com que a educação da criança não seja responsabilidade exclusiva da família, mas que se complemente noutros contextos, como nos centros escolares onde predomina a convivência entre iguais.

- c) Compensatória. Porque a educação dos mais pequenos compensa desigualdades e situações económicas e culturais deficitárias, bem como previne e pode corrigir carências em qualquer campo da aprendizagem.

#### ≥ Capacidades que se devem desenvolver nesta etapa

Na nova lei, é enumerada uma série de capacidades que a criança deve desenvolver na educação pré-escolar, o que é um ponto de referência importante na actividade educativa. Trata-se de competências gerais referenciadas aos diferentes campos do ser humano. São as seguintes:

- a) Campo psicomotor\* ou do movimento. A criança deve conhecer o seu próprio corpo e as suas possibilidades de acção.
- b) Campo cognitivo-linguístico, Aprenderá a relacionar-se com os outros através das diferentes formas de expressão e comunicação.
- c) Campo de socialização ou das relações interpessoais. A criança deve aprender a observar e explorar o seu meio natural, familiar e social.
- d) Campo do equilíbrio e autonomia pessoal. Tenta-se que a criança adquira uma progressiva autonomia e Independência nas suas atividades habituais.

Uma criança que desenvolva, na medida do possível, todas estas capacidades, iniciará a escolarização obrigatória com grandes vantagens e aumentará as suas possibilidades futuras de adaptação à sociedade.

#### ≥ Objectivos específicos da educação pré-escolar

Para além dos objectivos gerais já enumerados, a educação pré-escolar tem como objectivos específicos:

##### **Campo psicomotor;**

- Adquirir um progressivo controlo do corpo.
- Coordenar e controlar o movimento geral e específico.
- Adquirir capacidades motoras.
- Aperfeiçoar a organização de espaço e tempo.

### **Campo cognitivo-linguístico**

- Aceder a uma representação cada vez mais ordenada e objectiva da realidade.
- Aceder à linguagem como meio de expressão e comunicação, e como meio de planificação e reflexão de uma acção.
- Estimular a passagem do sensitivo para o imaginativo, da intuição para a lógica.

### **Campo de socialização**

- Adquirir as normas fundamentais da convivência e da relação social.
- Descobrir o seu meio imediato.
- Fomentar comportamentos de ajuda e cooperação.
- Promover atitudes não sexistas nem discriminatórias de qualquer tipo.

### **Campo de equilíbrio e autonomia pessoal**

- Desenvolvimento de uma relativa autonomia pessoal, sobretudo quanto às suas necessidades básicas.
- Conhecimento das próprias possibilidades e limites.
- Desenvolvimento de sentimentos positivos em relação a si e aos outros.

Face a esta enumeração de objectivos ou metas estabelecidas para a educação pré-escolar, perguntaremos: como alcançá-los? Através de dois elementos que a lei formula. O primeiro será a metodologia ou como ensinar, aspecto este já aqui comentado. O segundo será as áreas curriculares ou o que ensinar.

A metodologia educativa basear-se-á nas experiências, nas actividades e nos jogos, num ambiente de afecto e confiança. Os conteúdos educativos organizar-se-ão em áreas que correspondam a campos próprios da experiência e desenvolvimento infantis, e abordar-se-ão através de actividades globalizadas que tenham interesse e significado para a criança. Dedicaremos às áreas curriculares a próxima lição de Educação (áreas e técnicas).



Esperamos que com a matéria que foi aqui falada uma forma simples e sucinta tenha adquirido um conhecimento global suficiente do que é a **Lei de Bases do Sistema Educativo**, especialmente na etapa da educação pré-escolar, que é a que mais nos interessa e que foi especialmente contemplada **na Lei-quadro do Ensino Pré-Escolar**.

### **Resumo da Matéria;**

A inclusão da Educação Pré-Escolar no novo sistema educativo responde a razões educativas, sociais e compensatórias, com o objectivo de desenvolver as capacidades básicas da criança.

Estas capacidades referem-se aos diferentes campos do ser humano:

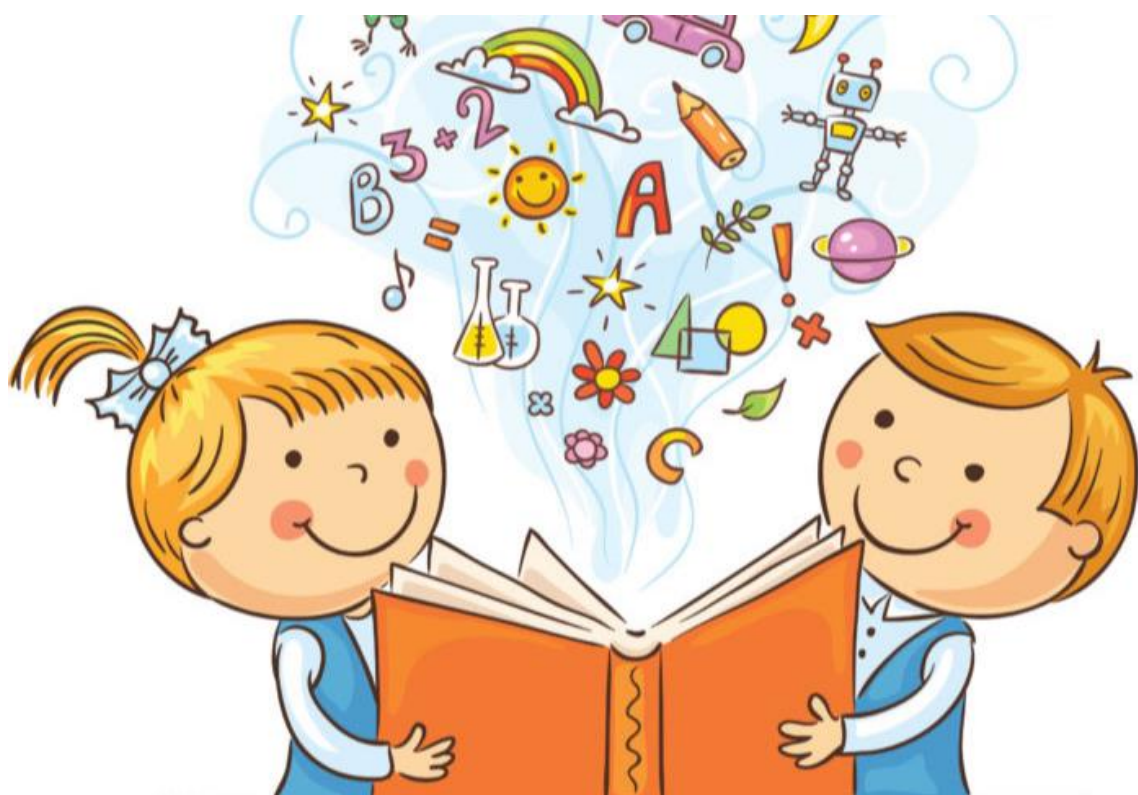
No campo psicomotor, a criança deve conhecer o seu próprio corpo e as suas possibilidades de acção.

No campo cognitivo-linguístico, a criança deve aprender a relacionar-se com os outros através de diferentes formas de expressão e comunicação.

No campo da socialização, a criança deve aprender a observar e a explorar o seu meio natural, familiar e social.

No campo do equilíbrio e autonomia pessoal, tenta-se que a criança adquira uma progressiva autonomia e independência nas suas actividades habituais.

A metodologia educativa basear-se-á nas experiências, nas actividades e nos jogos, num ambiente de afecto e confiança. Os conteúdos educativos organizar-se-ão em áreas que correspondam a campos próprios da experiência e desenvolvimento infantis, e abordar-se-ão através de actividades globalizadas que tenham interesse e significado para a criança.



FIM